



Prova escrita objetiva e discursiva – Nível Superior

# Analista Judiciário - Área Especializada - Assistente Social

## TIPO 2 – VERDE

### Informações Gerais

- Você receberá do fiscal de sala:
  - uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas e a folha de texto definitivo da redação;
  - esse caderno de prova contendo **50** questões objetivas, cada qual com **5 (cinco)** alternativas de respostas (A, B, C, D e E) e o tema da redação;
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
- As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
- Ao receber a folha de respostas da prova objetiva você deve:
  - conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
  - ler atentamente as instruções para o preenchimento da folha de respostas;
  - marcar na folha de respostas da prova objetiva o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
  - assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
  - qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
  - levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
  - portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica digital, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer modelo, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.
- O preenchimento das respostas da prova objetiva, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do candidato.**
- O tempo disponível para a realização da prova é de **4 (quatro)** horas, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e de elaboração do texto definitivo da redação.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
- Somente após decorrida **uma hora** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova sem, contudo, levar o caderno de provas.
- Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova, você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
- Ao terminar a prova, entregue a folha de respostas ao fiscal da sala, a folha de texto definitivo da redação e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar, será eliminado do concurso.
- A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos na folha de respostas.
- Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
- Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **20/10/2014**, no endereço eletrônico [www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/tjgo14](http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/tjgo14).
- O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será de 0h do dia **21/10/2014** até as 23h59 do dia **22/10/2014**, observado o horário oficial, no endereço [www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/tjgo14](http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/tjgo14), por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.



## Língua Portuguesa

Texto 1 – Um Brasil livre de preconceito

Ideli Salvatti – *O Globo*, 4/09/2014

As principais democracias do mundo têm inscrito em suas Constituições os direitos fundamentais dos cidadãos. Direitos políticos, civis, econômicos, sociais e culturais figuram entre as condições básicas para a vida em sociedade tal como a conhecemos hoje. Mas nem sempre foi assim. Muitos dos direitos hoje considerados universais somente foram conquistados após muito esforço e muita luta. Como exemplo, basta citar o voto feminino no Brasil, só garantido em lei no ano de 1934.

Atualmente, podemos dizer que o Brasil elevou os direitos políticos, civis, econômicos e culturais a patamares inéditos, avançando rapidamente na realização progressiva deles. E assim surge o desafio de avançarmos nos chamados direitos de quarta geração, que englobam os direitos das mulheres, dos negros e da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), entre outros.

### 1

Infere-se da leitura do texto 1 que:

- (A) o Brasil é o país mais atrasado, entre as democracias, no que diz respeito à garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos;
- (B) sem os direitos políticos, civis, econômicos, sociais e culturais, a vida em sociedade seria impossível;
- (C) o voto feminino no Brasil exemplifica um direito político de quarta geração, só conseguido com esforço e luta;
- (D) a sociedade mudou profundamente a partir da conquista do voto feminino no Brasil;
- (E) sem esforço e luta, os direitos fundamentais dos cidadãos estariam inscritos nas Constituições, mas sem aplicação social.

### 2

“Como exemplo, basta citar o voto feminino no Brasil, só garantido em lei no ano de 1934”.

Nesse segmento do texto 1, o vocábulo “só” é considerado um modalizador e expressa uma opinião do autor do texto; tal opinião pode ser verbalizada do seguinte modo:

- (A) o voto feminino foi garantido em lei de forma isolada, sem que outros direitos o acompanhassem;
- (B) o voto feminino no Brasil foi garantido em lei em função das lutas travadas pelas mulheres no início do século;
- (C) o voto feminino, apesar de exercido politicamente, foi incluído com atraso entre os direitos fundamentais dos cidadãos;
- (D) o voto feminino foi inserido na nossa Constituição após outras nações já o terem garantido;
- (E) o voto feminino é uma prova da atual elevação de nossos direitos políticos, civis, econômicos e culturais.

### 3

O segundo parágrafo do texto 1 mostra de forma positiva a conquista de novos direitos considerados fundamentais; a forma linguística de valorização só NÃO inclui:

- (A) o emprego do verbo “elevar” em relação aos direitos políticos;
- (B) a utilização do verbo “avançar” em referência à realização dos direitos citados;
- (C) o uso do adjetivo “progressiva”, considerando os direitos como uma demonstração de progresso;
- (D) a designação de “quarta geração” para os novos direitos, empregando expressão da área tecnológica;
- (E) a indicação de que os novos direitos são um desafio a ser superado pela sociedade.

### 4

“As principais democracias do mundo têm inscrito em suas Constituições os direitos fundamentais dos cidadãos. Direitos políticos, civis, econômicos, sociais e culturais figuram entre as condições básicas para a vida em sociedade tal como a conhecemos hoje”.

A observação correta sobre um dos componentes desse segmento do texto 1 é:

- (A) a forma verbal “têm inscrito” deveria estar grafada “têm inscritos”, já que se refere a “direitos”;
- (B) a forma plural “cidadãos” poderia estar grafada “cidadões”, já que são dois os plurais possíveis;
- (C) o termo “em suas Constituições” poderia aparecer entre vírgulas, já que se trata de um adjunto adverbial deslocado;
- (D) após o termo “culturais” deveria ser colocada uma vírgula, pois aí se encerra uma enumeração;
- (E) a forma verbal “conhecemos” é inadequada ao contexto e deveria ser substituída pela forma passiva “é conhecida”.

Texto 2 – Política lucrativa

José Casado, *O Globo*, 26/08/2014

Um dos melhores negócios do mercado brasileiro é ser dono de partido político. Convive-se com 32 deles, dos quais duas dezenas têm bancadas no Congresso. Na essência, diz o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, se transformaram num “agregado de pessoas que querem um pedacinho do orçamento”.

Partido político se tornou ativo financeiro de alto retorno, sem risco e com recursos públicos garantidos por lei, elaborada e votada pelos próprios interessados.

### 5

Por tratar do partido político como negócio, o texto 2 se apropria de um grupo de vocábulos do jargão econômico; são prova disso:

- (A) agregado / orçamento;
- (B) ativo / retorno;
- (C) risco / lei;
- (D) mercado / partido;
- (E) bancadas / Congresso.

**6**

Segundo o texto 2, entre os meios de transformar a formação de partidos políticos em negócio lucrativo está a estratégia de:

- (A) pertencer ao partido da maioria no Congresso;
- (B) estabelecer ligações políticas de interesse;
- (C) votar leis que aumentem as dotações orçamentárias;
- (D) eleger poucos representantes para a bancada;
- (E) legislar em causa própria.

Texto 3 – Maravilha!

Veríssimo, *O Globo*, 31/8/2014

Pode-se parafrasear Winston Churchill e dizer da democracia o mesmo que se diz da velhice, que, por mais lamentável que seja, é melhor do que sua alternativa. A única alternativa para a velhice é a morte. Já as alternativas para a democracia são várias, uma pior do que a outra. É bom lembrá-las sempre, principalmente no horário político, quando sua irritação com a propaganda que atrasa a novela pode levá-lo a preferir outra coisa. Resista.

**7**

Tendo em vista o conteúdo do texto 3, o título dado ao texto deve referir-se:

- (A) à brilhante frase de Winston Churchill;
- (B) à paráfrase de Veríssimo da frase de Churchill;
- (C) ao regime democrático, como o menos ruim de todos;
- (D) à velhice, cuja alternativa é a morte;
- (E) à propaganda eleitoral, que irrita os telespectadores.

**8**

“É bom lembrá-las sempre, principalmente no horário político, quando sua irritação com a propaganda que atrasa a novela pode levá-lo a preferir outra coisa”.

O segmento abaixo que corresponde corretamente a uma oração desse período do texto 3 é:

- (A) É bom lembrá-las sempre, principalmente no horário político.
- (B) Quando sua irritação com a propaganda.
- (C) Pode levá-lo.
- (D) Levá-lo a preferir outra coisa.
- (E) A preferir outra coisa.

**9**

“É bom lembrá-las sempre, principalmente no horário político, quando sua irritação com a propaganda que atrasa a novela pode levá-lo a preferir outra coisa”.

Nesse segmento do texto 3, a forma “a preferir” pode ser adequadamente substituída por outra forma oracional, que é:

- (A) à preferência de outra coisa;
- (B) a que você preferisse outra coisa;
- (C) a ser preferida outra coisa;
- (D) a que você prefira outra coisa;
- (E) a ter de ser preferida outra coisa.

Texto 4 – Uma ideia simples

Elio Gaspari, *Folha de São Paulo*, 27/8/2014

Todos os candidatos prometem crescimento e austeridade. Entre os chavões mais batidos vem sempre a reforma tributária, tema complexo, chato mesmo, acaba sempre em parolagem. Promete-se a simplificação das leis que regulam os tributos, e a cada ano eles ficam mais complicados. Uma coletânea da legislação brasileira pesa seis toneladas. Aqui vai uma contribuição, que foi trazida pelo Instituto Endeavor. Relaciona-se com o regime de cobrança de impostos de pequenas empresas, aquelas que faturam até R\$ 3,6 milhões por ano (R\$ 300 mil por mês). É o Simples – pode-se estimar que ele facilita a vida de algo como 3 milhões de empresas ativas.

**10**

O texto 4 deve ser classificado como:

- (A) narrativo-dissertativo;
- (B) dissertativo-expositivo;
- (C) dissertativo-argumentativo;
- (D) descritivo-narrativo;
- (E) descritivo-dissertativo.

**11**

(1) “Promete-se a simplificação das leis que regulam os tributos, e a cada ano eles ficam mais complicados.”

(2) “Relaciona-se com o regime de cobrança de impostos de pequenas empresas, aquelas que faturam até R\$ 3,6 milhões por ano (R\$ 300 mil por mês).”

(3) “É o Simples – pode-se estimar que ele facilita a vida de algo como 3 milhões de empresas ativas.”

Nesses segmentos do texto 4 ocorre a presença do vocábulo SE; quanto à classificação desse vocábulo nos três segmentos, pode-se afirmar corretamente que possuem:

- (A) a mesma classe em 1, 2 e 3;
- (B) diferentes classes em 1, 2 e 3;
- (C) a mesma classe em 1 e 2;
- (D) a mesma classe em 1 e 3;
- (E) a mesma classe em 2 e 3.

**12**

“Todos os candidatos prometem crescimento e austeridade”. Essa informação inicial do texto 4:

- (A) mostra a preocupação dominante na ideologia dos candidatos;
- (B) indica certa ironia, já que as palavras e os atos contrariam essa observação;
- (C) demonstra o caminho do raciocínio político que levou à construção do Simples;
- (D) comprova a mesmice de uma campanha, que só aborda a situação econômica do país;
- (E) denuncia a fraqueza ideológica dos candidatos.

13

“Uma coletânea da legislação brasileira pesa seis toneladas”. Essa frase do texto 4:

- (A) elogia a preocupação legal da sociedade brasileira;
- (B) destaca a impossibilidade de conhecerem-se todas as leis;
- (C) mostra a necessidade de atualização do código legal;
- (D) exemplifica um caso de progresso social;
- (E) critica o excesso inútil de legislação.

14

A frase no texto 4 “que foi trazida pelo instituto Endeavor” equivale, na voz ativa, a:

- (A) que o instituto Endeavor traz;
- (B) que o instituto Endeavor trouxe;
- (C) trazida pelo instituto Endeavor;
- (D) que é trazida pelo instituto Endeavor;
- (E) que traz o instituto Endeavor.

15

Sobre a variedade de linguagem mostrada no texto 4, afirma-se corretamente que ela pertence à linguagem:

- (A) formal, com exemplos de coloquialismo;
- (B) informal, com inserções de gíria;
- (C) regional, com traços de formalidade;
- (D) popular, com falhas gramaticais;
- (E) culta, com marcas de erudição.

## Geo-História de Goiás

16



(Fonte: [www.seplan.go.gov.br](http://www.seplan.go.gov.br))

O Projeto Plataforma Logística Multimodal de Goiás constitui uma rede de facilidades com o objetivo de promover, com maior agilidade, eficiência e menor custo, a movimentação de materiais, produtos e a prestação de serviços relacionados com seus objetivos. Com relação ao projeto, analise as afirmativas a seguir:

I – A Plataforma Logística Multimodal de Goiás está localizada em uma das principais cidades industriais e importante centro logístico do Centro-Oeste brasileiro.

II – A interligação dos modais aeroviário, rodoviário e ferroviário vai permitir um sistema de distribuição tanto rápido quanto eficiente de mercadorias para os mais diversos centros.

III – A localização da plataforma na cidade de Anápolis é favorecida pela presença de mão de obra qualificada, em função de ser o maior centro universitário do estado de Goiás.

Assinale se:

- (A) somente I estiver correta;
- (B) somente II estiver correta;
- (C) somente III estiver correta;
- (D) somente I e II estiverem corretas;
- (E) I, II e III estiverem corretas.

**17**

“O Estado de Goiás apresentou elevadas taxas de urbanização e a população urbana, que correspondia a 68% da população total em 1980, passou para 81% em 1991, atingindo 86% em 1996, taxa bastante superior à brasileira para o mesmo ano, que era de 78%.

Segundo dados relativos aos períodos compreendidos entre 1980 e 1991 e 1991 e 1996, o crescimento populacional em Goiás também foi superior ao do país, com taxas de 2,33% e 2,40% ao ano, respectivamente, embora haja grandes diferenças entre suas cinco mesorregiões.” (Fonte: <http://portal.mec.gov.br/>)

O processo de urbanização em Goiás nas últimas décadas foi caracterizado por:

- (A) alterar a hierarquia e a estrutura urbana, ao originar muitos centros regionais, espalhados por todo o estado de Goiás;
- (B) diferenciar-se das décadas anteriores, ao estar desvinculado da dinâmica das atividades agropecuárias modernas;
- (C) originar municípios de grande porte, sendo Goiânia, Anápolis e Lusitânia exemplos com mais de 1 milhão de habitantes;
- (D) apresentar as mais baixas taxas na mesorregião Leste Goiano, em função da ausência de importantes centros urbanos na região;
- (E) promover o crescimento dos problemas sociais de Goiânia, muitos gerados nos municípios vizinhos, dada a polarização exercida pela capital.

**18**

O cerrado contém extensas áreas em condições geoambientais favoráveis à agricultura intensiva e à pecuária, sendo esta historicamente extensiva e dominante espacialmente. Nos anos 60 e 70 do século passado, por essa e outras razões de natureza geopolítica, o cerrado foi alvo de expansão da nova fronteira agrícola, baseada na modernização da agricultura (...) (GOMES, H. e TEIXEIRA NETO, A. Geografia Goiás-Tocantins. Goiânia: UFG, 1993.)

Entre as condições geoambientais do cerrado que favoreceram a expansão da fronteira agrícola, destaca-se:

- (A) a presença do solo de terra roxa, cuja baixa aptidão agrícola foi superada pelo uso de corretivos, que viabilizaram o plantio de grãos;
- (B) o clima tropical estacional quente e semiárido que predomina na região, no qual a baixa precipitação favorece o cultivo de cana;
- (C) a extensa presença de solos hidromórficos que, ao facilitarem o manejo e a mecanização, favoreceram a expansão da agricultura moderna;
- (D) a vegetação característica, de floresta latifoliada densa, que é responsável pela fertilidade do solo através da formação da serapilheira;
- (E) a predominância de latossolos que, apesar da baixa fertilidade, com a aplicação de corretivos e fertilizantes, apresentam boa capacidade de produção.

**19**

“Em novembro de 1930, o líder civil de um movimento armado de oposição, Getúlio Vargas, tornou-se presidente do Brasil em caráter provisório”. (SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. Ed. Paz e Terra. RJ, p. 21)

A Revolução de 1930 mudou inteiramente o processo histórico brasileiro, fazendo ruir as estruturas da chamada “República Velha” ou “Primeira República” no país e deu início a uma nova etapa histórica para o estado de Goiás, na medida em que:

- (A) novas classes políticas assumiram o comando do estado, com novas prioridades, como a higienização e o progresso, alinhadas com a política desenvolvimentista nacional;
- (B) a oligarquia goiana se manteve no poder estadual, porém implementou um modelo desenvolvimentista com o objetivo de inserir o estado de Goiás no mercado internacional;
- (C) após a Revolução de 30, a economia goiana sofreu importantes mudanças, sendo a base agrária gradativamente substituída pelo processo de industrialização;
- (D) a nova elite política goiana, na perspectiva de modernizar o estado a partir de 1930, realizou investimentos prioritários nos municípios menores;
- (E) a aliança entre a burguesia e a elite rural goiana foi refletida na priorização dos investimentos em educação para qualificação de mão de obra no pós-1930.

**20**

O Regime Militar brasileiro (1964/1985) produziu em Goiás uma modernização conservadora que se evidencia na:

- (A) formação de diversos polos industriais em todo o Estado, através de investimentos do governo de Irapuan Costa Jr., entre 1975 e 1978;
- (B) expansão do sistema agrícola moderno na região, favorecido com a criação da EMGOPA (Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária);
- (C) modernização dos sindicatos rurais, estimulados pelo governo na administração de Meira Matos, entre 1964 e 1965;
- (D) realização de uma reforma agrária com vistas à expansão das pequenas propriedades durante a administração de Otávio Lage (1966/1970);
- (E) predominância da base agrária de subsistência voltada para o mercado interno, sem investimentos do governo de Irapuan Costa Jr. (1975/1978).

## Noções de Direito Constitucional e Administrativo

21

De acordo com a Lei Estadual nº 17.663/12, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Goiás, o cargo de Analista Judiciário - Área Especializada compreende:

- (A) os serviços realizados por bacharéis em Direito, abrangendo o processamento e distribuição de feitos, conforme sua natureza, a realização de partilha, a execução de mandados e avaliação;
- (B) os serviços de nível superior, realizados nas escriturarias judiciárias de 1º Grau e nas unidades judiciárias de 2º Grau, bem como nas áreas administrativas, de modo a impulsionar os feitos judiciais e administrativos;
- (C) os serviços relacionados com gestão de pessoas, material e patrimônio; licitações e contratos; orçamento e finanças; controle interno e auditoria e outras atividades complementares de apoio administrativo no âmbito do Poder Judiciário;
- (D) a execução de atividades de nível superior para as quais se exige dos titulares dos cargos o devido registro nos órgãos fiscalizadores do exercício de profissões ou o domínio de habilidades específicas, definidas em regulamento próprio;
- (E) a análise e a pesquisa de legislação, doutrina e jurisprudência nos vários ramos do Direito, bem como a elaboração de minutas de despachos, decisões, sentenças, votos e pareceres jurídicos.

22

Joana, professora da rede estadual ocupante de cargo efetivo, requereu ao Secretário de Estado de Educação licença para aprimoramento profissional de professor. Seu pleito foi indeferido ao argumento de carência de professor efetivo na rede estadual, para evitar danos ao interesse público por prejuízo ao regular prosseguimento das aulas. O poder administrativo conferido ao Administrador para aferir a oportunidade e conveniência na análise do requerimento de Joana chama-se poder:

- (A) de polícia;
- (B) discricionário;
- (C) hierárquico;
- (D) regulador;
- (E) disciplinar.

23

A Constituição da República de 1988 estabelece algumas garantias aos juízes, como a vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após:

- (A) um ano de exercício;
- (B) dois anos de exercício;
- (C) três anos de exercício;
- (D) quatro anos de exercício;
- (E) cinco anos de exercício.

24

A Constituição da República de 1988, em seu Art. 37, *caput*, prevê princípios expressos da administração pública. Dentre eles, o princípio que objetiva, por um lado, a igualdade de tratamento que a Administração deve dispensar aos administrados que se encontrem em idêntica situação jurídica e, por outro lado, a vedação de favorecimento de alguns indivíduos em detrimento de outros, visando ao interesse público, é chamado princípio da:

- (A) isonomia;
- (B) moralidade;
- (C) impessoalidade;
- (D) finalidade;
- (E) eficiência.

25

Maria, desconfiada de que seu esposo Antônio a estava traindo, resolveu grampear o celular de seu cônjuge, com fito de interceptar suas comunicações telefônicas, gravando inclusive. Dessa forma, Maria conseguiu comprovar a traição, inclusive, uma ardente conversa de amor entre Antônio e sua amante. Sob o prisma das garantias fundamentais previstas no Art. 5º da Constituição da República de 1988, a conduta de Maria ao proceder diretamente à interceptação telefônica está:

- (A) correta, pois agiu em defesa de sua honra e de sua família;
- (B) correta, desde que junte ao processo judicial de divórcio o inteiro teor das comunicações telefônicas gravadas;
- (C) errada, pois as comunicações telefônicas são sempre invioláveis;
- (D) errada, pois as comunicações telefônicas são invioláveis, salvo, por ordem administrativa, legislativa ou judicial, para fins de instrução processual;
- (E) errada, pois as comunicações telefônicas são invioláveis, salvo, por ordem judicial, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

## Conhecimentos específicos

26

As ações socioeducativas são largamente utilizadas no atendimento a indivíduos e famílias como parte das ações desenvolvidas no âmbito socioassistencial. As ações socioeducativas sustentam-se sob dois pilares: a socialização de informações e o processo reflexivo. Quanto a esse último, seu principal objetivo é:

- (A) o conhecimento do sistema familiar do indivíduo;
- (B) a formação da consciência crítica dos usuários;
- (C) promover o intercâmbio de informações para resolver a situação apresentada;
- (D) investigar a dinâmica familiar para estabelecer a melhor forma de intervir;
- (E) estabelecer a melhor mediação de conflitos possível.

**27**

Em uma penitenciária, a assistente social é chamada pelo diretor a fim de ser informada de que, doravante, será ela a responsável por escrever as cartas dos detentos, excluindo as passagens que digam respeito ao tratamento recebido pelo apenado na instituição. A conduta assumida por essa profissional deverá ser:

- (A) colaborar com a instituição no que for necessário para manter a ordem;
- (B) negar-se a exercer tal atividade, pois não se formou para isso;
- (C) consultar as assistentes sociais de outras unidades a respeito, a fim de estabelecer um padrão único de atuação;
- (D) acatar a ordem, pois o Código de Ética Profissional é omissivo a esse respeito;
- (E) recusar-se a realizar a tarefa, uma vez que esse procedimento fere o Código de Ética Profissional.

**28**

A gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado:

- (A) Programa Bolsa Família;
- (B) Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome;
- (C) Instituto Nacional de Assistência Social;
- (D) Secretaria Especial de Assistência Social;
- (E) Sistema Único de Assistência Social.

**29**

De acordo com Mota (2008), são características das políticas sociais brasileiras no período de 1964 até o final da década de 1970:

- I – a descentralização político-administrativa;
- II – a supressão dos mecanismos de participação dos trabalhadores no controle dos sistemas existentes;
- III – a expansão seletiva de alguns programas sociais.

Assinale se:

- (A) somente I estiver correta;
- (B) somente II estiver correta;
- (C) somente III estiver correta;
- (D) somente II e III estiverem corretas;
- (E) todas estiverem corretas.

**30**

A partir dos anos 1980 forja-se, no Brasil, o que Mota (2008) denominou “cultura política da crise”, cujo eixo principal é o desenvolvimento do processo de:

- (A) centralização sob a condução dos Estados e Municípios na implementação das políticas sociais;
- (B) regulamentação das políticas públicas a partir do protagonismo dos partidos e sindicatos;
- (C) privatização em sincronia com a assistencialização da Seguridade Social;
- (D) expansão do mercado de trabalho formal, de acordo com as reivindicações da CUT;
- (E) manutenção das lutas dos trabalhadores, que ampliam o escopo da conquista de direitos sociais.

**31**

Nos primeiros anos do século XX, a questão social já está definitivamente colocada para a sociedade brasileira. Nesse contexto surgem as primeiras instituições assistenciais subvencionadas pelo Estado. É a partir delas que se criam as bases materiais (organizacionais e humanas) para o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social, marcadas por forte influência:

- (A) fenomenológica;
- (B) marxista;
- (C) progressista;
- (D) positivista;
- (E) dialética.

**32**

A reconfiguração dos direitos sociais no Brasil, a partir dos anos 1990, tem implicado o apelo ao Terceiro Setor e ao empresariado como substitutivos das políticas públicas. Essa inflexão é denominada:

- (A) refilantropização das políticas sociais;
- (B) universalização das políticas sociais;
- (C) descentralização das políticas sociais;
- (D) hierarquização das políticas sociais;
- (E) centralização das políticas sociais.

**33**

Nos anos 1990, no Brasil, a entrada da política neoliberal promoveu o desmonte do Estado, a fim de adequá-lo ao novo modelo. No que diz respeito às políticas sociais, a introdução do modelo neoliberal se deu por meio de:

- (A) estatização, metas e distributividade;
- (B) privatização, focalização e descentralização;
- (C) distributividade, centralização e gerenciamento;
- (D) universalização, financiamento e descentralização;
- (E) expansão, privatização e centralização.

**34**

O caráter investigativo é constitutivo de grande parte das competências/atribuições profissionais do assistente social. Entretanto, não se pode confundir a pesquisa com a sistematização de dados. A pesquisa para o Serviço Social possibilita desenvolver três níveis de competências profissionais:

- (A) analíticas, avaliativas e projetivas;
- (B) práticas, valorativas e políticas;
- (C) constitutivas, cognitivas e gerenciais;
- (D) teórico-metodológicas, políticas e técnico-operativas;
- (E) gerenciais, teórico-práticas e objetivas.



**35**

A intervenção profissional em consonância com os parâmetros emanados pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) pressupõe enfrentar e superar duas grandes tendências presentes hoje no âmbito dos *Centros de Referência da Assistência Social (CRAS)*. São elas, respectivamente:

- (A) rever os critérios para inclusão/exclusão de famílias nos benefícios socioassistenciais, notadamente aqueles vinculados ao Programa Bolsa Família (PBF); e captar recursos financeiros através de projetos autônomos, visando o aumento de indivíduos e famílias que possam ser auxiliados a partir de iniciativas deste tipo;
- (B) restringir a atuação profissional aos atendimentos emergenciais a indivíduos, grupos ou famílias; e estabelecer uma relação entre o público e o privado, em que o poder público transforma-se em mero repassador de recursos a organizações não governamentais, que assumem a execução direta dos serviços socioassistenciais;
- (C) expandir a participação popular através da eleição de líderes comunitários com o objetivo de implementar miniconselhos locais; e limitar o atendimento em equipe multiprofissional ao âmbito da competência de cada profissional, evitando assim superposição de encaminhamentos;
- (D) diversificar a oferta de políticas sociais cujo financiamento é privado, ou seja, cujos recursos emanam de empresas que se localizam no entorno do CRAS; e aumentar o escopo da população beneficiada por essas políticas, ainda que não totalmente públicas;
- (E) buscar parcerias com a iniciativa privada, com o objetivo de estabelecer programas de transferência de renda próprios para as famílias não beneficiadas pelos programas oficiais; e privilegiar o atendimento grupal em detrimento do atendimento individual.

**36**

A configuração contemporânea da Política de Assistência Social exige do assistente social uma gama de conhecimentos e uma intervenção que leve em consideração a análise da sociedade e da rede socioassistencial existente. Nesse sentido, as competências específicas do assistente social, no âmbito da Política de Assistência Social, abrangem dimensões interventivas, complementares e indissociáveis.

Quanto às dimensões citadas acima, analise os exemplos a seguir:

I – uma dimensão que se materializa na realização sistemática de estudos e pesquisas que revelem as reais condições de vida e demandas da classe trabalhadora, e possam alimentar o processo de formulação, implementação e monitoramento da Política de Assistência Social;

II – uma dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços a indivíduos, famílias, grupos e coletividade, na perspectiva de fortalecimento da gestão democrática e participativa capaz de produzir, intersetorial e interdisciplinarmente, propostas que viabilizem e potencializem a gestão em favor dos cidadãos;

III – uma dimensão pedagógico-interpretativa e socializadora de informações e saberes no campo dos direitos, da legislação social e das políticas públicas, dirigida aos diversos atores e sujeitos da política: os gestores públicos, dirigentes de entidades prestadoras de serviços, trabalhadores, conselheiros e usuários.

Assinale se:

- (A) somente I estiver correto;
- (B) somente II estiver correto;
- (C) somente III estiver correto;
- (D) somente I e II estiverem corretos;
- (E) todos estiverem corretos.

**37**

Ao realizar o estudo social de uma pessoa interditada há alguns anos devido a um diagnóstico psiquiátrico de transtorno mental, o assistente social identificou que ela realiza algumas atividades em seu dia a dia de forma autônoma. Nesse sentido, o assistente social, em seu parecer, procurará:

- (A) indicar a realização de nova avaliação psiquiátrica, para que o médico confirme ou não a incapacidade do sujeito interditado para os atos da vida civil;
- (B) indicar uma interdição parcial, sugerindo a necessidade de acompanhamento social do interdito e de seu curador na perspectiva de futuras reavaliações da necessidade da interdição;
- (C) analisar se as atividades desenvolvidas pelo interdito o colocam ou não em situação de risco e, em caso positivo, qual o grau de responsabilidade do curador;
- (D) analisar os impactos psicossociais que o processo de interdição vem trazendo ao usuário e a seu curador, bem como a outros membros de sua família;
- (E) indicar o fim imediato do processo de interdição e da curatela, uma vez que o usuário, ao realizar atividades de forma autônoma, já se encontra apto para os atos da vida civil.

**38**

O assistente social recebe do Juízo da Infância e Juventude a solicitação de estudo social para investigar a veracidade da seguinte denúncia, feita pela tia materna de uma criança: um suposto abuso sexual contra a criança perpetrado pelo pai. Deve então o assistente social:

- (A) atender a tia, a mãe e a criança, e realizar visitas domiciliares, de modo a investigar se a acusação de violência sexual contra a criança procede, com a finalidade de garantir sua proteção integral e o afastamento de sua convivência com o agressor;
- (B) sugerir, em seu parecer social, que o caso seja registrado em Delegacia de Polícia, para que a denúncia seja apurada, com vistas à responsabilização do suposto agressor e a consequente proteção da criança;
- (C) indicar que a criança seja escutada através de depoimento especial, realizado por um assistente social ou psicólogo, ou outro profissional mais capacitado para lidar com situações que envolvam violência sexual contra crianças e adolescentes;
- (D) realizar entrevistas com os sujeitos envolvidos, visitas domiciliares e a instituições educacionais e de saúde, e outros procedimentos, de modo a conhecer a situação sociofamiliar e propor medidas protetivas à criança e aos membros de sua família;
- (E) orientar ao juiz que a criança seja imediatamente encaminhada para entidade de acolhimento institucional, tendo em vista a necessidade de cessar o ciclo de violência que possa estar ocorrendo e, assim, protegê-la.

**39**

Uma adolescente abandonou seus estudos a fim de trabalhar, pois não aguentava mais passar por privações materiais, além de ser constantemente agredida por seu pai. Essa é uma situação que requer a intervenção do assistente social que trabalha:

- (A) nos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), por meio de atendimento na rede de Proteção Especial de Alta Complexidade;
- (B) nos Centros de Referência de Assistência Social, por meio do Ministério Público;
- (C) nos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), por meio de atendimento na rede de Proteção Especial de Média Complexidade;
- (D) no Juizado de Menores, que convocará o pai da adolescente para prestar esclarecimentos;
- (E) no programa de abrigo provisório para crianças e adolescentes enquanto sua situação social é resolvida.

**40**

O trabalho em equipe é extremamente necessário quando se trata do campo sociojurídico. Entretanto, algumas ações são privativas do assistente social, mesmo em equipes multiprofissionais. Uma dessas ações é:

- (A) o parecer social;
- (B) a entrevista;
- (C) o relatório social;
- (D) o encaminhamento;
- (E) a análise psicossocial.

**41**

O assistente social foi requisitado pelo Juízo da Infância e Juventude a opinar em um processo que envolve adolescente que cumpre medida socioeducativa de internação, tendo em vista que em breve será realizada a audiência de reavaliação da medida. De posse dos autos do processo, a conduta do assistente social é:

- (A) evitar estabelecer contato com a equipe de profissionais da unidade onde o adolescente está internado, de modo a construir uma visão da situação o mais imparcial possível e poder instruir o seu próprio estudo;
- (B) avaliar o grau de periculosidade da infração do adolescente, de modo a ter melhores condições de sugerir qual medida deve ser aplicada pelo juiz, tendo como parâmetro o grau de risco que o adolescente representa;
- (C) debruçar-se sobre os relatórios emitidos pela unidade de internação acerca do desenvolvimento do comportamento do adolescente, tendo em vista as possibilidades de ele se colocar novamente em situação de risco;
- (D) analisar os autos do processo e entrevistar o adolescente para saber se ele refletiu criticamente acerca do ato infracional praticado, e avaliar se ele está preparado para o retorno ao convívio social fora da unidade de internação;
- (E) estudar os autos do processo e realizar outros procedimentos que julgar importantes para avaliar se a medida de internação, naquele momento, é a que oferece as condições necessárias para a proteção do adolescente.

**42**

Após realizar entrevista com uma família para cadastramento do Programa Bolsa Família (PBF), um assistente social anota que esse benefício deverá, no caso, ser recusado, pois o chefe da família é alcoólatra e provavelmente gastará todo o dinheiro na aquisição de bebidas. Essa conduta contraria:

- (A) um dos direitos do assistente social;
- (B) uma atribuição privativa do assistente social;
- (C) um dos deveres do assistente social;
- (D) a competência profissional do assistente social;
- (E) o princípio basilar do assistente social.

**43**

A desresponsabilização do Estado na implementação e execução de políticas universais e abrangentes, aliada à expansão do desemprego e à desconfiguração de vários direitos promulgados na Constituição Federal de 1988, dentre outros vetores, provocou uma retração no enfrentamento da questão social nos moldes tradicionalmente presentes no Brasil. Esse conjunto de fatores tem levado a população a recorrer ao Poder Judiciário para efetivação individual de direitos coletivos, tais como o acesso a serviços de saúde, a proteção de idosos etc., gerando o fenômeno da:

- (A) aglutinação dos direitos sociais;
- (B) indenização por perdas e danos;
- (C) atribuição de responsabilidades do Estado;
- (D) naturalização dos problemas sociais;
- (E) judicialização dos conflitos sociais.

**44**

Ao trabalhar no sociojurídico, o assistente social deve se valer de um arcabouço instrumental variado. Quando é necessário o estudo social na elaboração de um laudo para a emissão de um parecer social, esse conjunto de instrumentos visa subsidiar:

- (A) um encaminhamento;
- (B) a perícia social;
- (C) uma visita domiciliar;
- (D) a análise socioeconômica;
- (E) o relatório social.

**45**

Historicamente, a maior demanda de atribuição do assistente social no sociojurídico é:

- (A) o atendimento grupal;
- (B) a visita domiciliar;
- (C) o diagnóstico social;
- (D) o estudo social;
- (E) a avaliação sociofamiliar.

**46**

A introdução de políticas neoliberais em todos os quadrantes do globo terrestre implicou uma ampliação do desemprego e a exponenciação da questão social. Uma das formas de o Estado neoliberal enfrentar a questão social na contemporaneidade tem sido a:

- (A) instituição de novos direitos trabalhistas;
- (B) contratação de interventores sociais;
- (C) centralização das políticas estatais;
- (D) universalização das políticas sociais públicas;
- (E) criminalização dos pobres.

**47**

Em 2006, o Conselho Federal de Serviço Social normatiza, por meio da Resolução 493/2006, as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social, determinando ser condição obrigatória, para a realização e execução de qualquer atendimento ao usuário do Serviço Social a existência de espaço físico apropriado. Nesse sentido, analise as afirmativas abaixo:

I – O material técnico utilizado e produzido no atendimento é de caráter reservado, sendo facultada sua utilização por profissionais de outra categoria, desde que componham a equipe.

II – O atendimento efetuado pelo assistente social deve ser feito com portas fechadas, de forma a garantir o sigilo.

III – Os atendimentos coletivos poderão ocorrer em ambiente aberto, dada a característica grupal.

Assinale se:

- (A) todas estiverem corretas;
- (B) somente II e III estiverem corretas;
- (C) somente III estiver correta;
- (D) somente II estiver correta;
- (E) somente I estiver correta.

**48**

Em uma situação de violência doméstica contra a mulher, o assistente social deve:

- (A) acionar serviços que garantam a proteção e o acesso aos direitos pela mulher e sua família, a partir dos dados e da avaliação realizada pelo profissional;
- (B) investigar se houve violência para que haja a responsabilização do autor da mesma, com base na Lei Maria da Penha;
- (C) orientar a usuária a denunciar seu agressor, como forma de garantir seus direitos como mulher, bem como de outras possíveis vítimas;
- (D) identificar se a usuária possui filhos menores de 18 anos, sugerindo o acolhimento institucional para os mesmos, priorizando a proteção dos direitos da criança e do adolescente;
- (E) emitir parecer social, indicando a pena de prisão para o autor da violência, como forma de proteger a vítima de novas agressões.

**49**

Em um processo judicial de adoção de uma criança, deve sempre o assistente social, a partir do processo de intervenção com quem requer a adoção, dentre outras ações:

- (A) identificar se é casal e avaliar sua capacidade em prover as condições materiais e emocionais para o bom desenvolvimento biopsicossocial da criança;
- (B) refletir e construir com a família as possibilidades de acesso a serviços e a seus direitos, com vistas a potencializar a proteção da criança a ser adotada;
- (C) emitir parecer social para o juiz, indicando se será bom pai ou boa mãe do ponto de vista da garantia dos direitos da criança;
- (D) realizar estudo social para averiguar se é casal e se estão aptos socialmente para o exercício da maternidade e da paternidade;
- (E) elaborar parecer social e encaminhar ao juiz sobre as condições psicossociais da família em assumir a responsabilidade pela proteção da criança.

## 50

A utilização do termo “sociojurídico” é recente no Serviço Social. Nesse sentido, o campo (ou sistema) sociojurídico pode ser definido como:

- (A) uma área específica de intervenção do Serviço Social constituída exclusivamente por instituições carcerárias e pelos sistemas de proteção e acolhimento de crianças e adolescentes em conflito com a lei;
- (B) instituições governamentais, não governamentais e paragovernamentais que se dedicam a examinar atos de infrações leves e moderadas contra o direito à propriedade dos cidadãos;
- (C) um espaço de competência exclusiva do assistente social, que deve atuar profissionalmente na investigação e avaliação de delitos relacionados a indivíduos tidos como incapazes perante a lei;
- (D) aquele que diz respeito ao conjunto de áreas em que a ação do Serviço Social articula-se a ações de natureza jurídica, como o sistema penitenciário, o sistema de segurança, e os sistemas de proteção e acolhimento;
- (E) necessário para dotar o trabalho do assistente social de legitimidade e legalidade no que diz respeito ao atendimento e à garantia de direitos a indivíduos em comprovada ou suposta vulnerabilidade social.

**Tema da redação:**

O que faz um assistente social? Seja no campo empresarial ou em outras formas de exercício profissional o assistente social, formado pelo curso de Serviço Social, tem como objetivo amparar pessoas que de alguma forma não têm total acesso à cidadania, ajudando-as a resolver problemas ligados à educação, habitação, emprego, saúde. É uma profissão de cunho assistencial, ou seja, voltada para a promoção do bem-estar físico, psicológico e social.

Essa é a explicação dada pelo *Guia do Estudante*, publicado pela Editora Abril. É essa a imagem que o cidadão brasileiro possui do assistente social? Que fatores concorrem para essa visão? Explique seus pontos de vista apoiado em argumentos convincentes, por meio de um texto dissertativo-argumentativo escrito em língua culta, com número mínimo de 20 (vinte) e máximo de 30 (trinta) linhas.

---

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

---





Realização

